

# Jornalismo decolonial e a questão da interseccionalidade

Dayana K. Melo da Silva<sup>1</sup>  
Carlos Eduardo Souza Aguiar<sup>2</sup>

## Resumo

Ao disseminar a visão de mundo ocidental, o jornalismo teve um papel decisivo na consolidação da modernidade, configurando-se como um instrumento da colonialidade do poder. Assim, no esforço decolonial, a reconfiguração das práticas jornalísticas pode oferecer brechas potentes contra o sistema-mundo moderno. O objetivo deste artigo é refletir sobre a fertilidade da abordagem interseccional no jornalismo com viés decolonial, por meio da análise das iniciativas *Portal Geledés* e *Nós, mulheres da periferia*. Os elementos que emergem dessa reflexão sugerem que, para romper com a lógica da colonialidade e suas estruturas de poder e opressão, é fundamental que o jornalismo decolonial incorpore a perspectiva interseccional.

Palavras-chave: Jornalismo. Decolonialidade. Interseccionalidade.

94

## Decolonial Journalism and the question concerning the Intersectionality

### Abstract

The role of journalism in the consolidation of modernity was decisive in disseminating the Western worldview, becoming an instrument of the coloniality of power. Thus, in the decolonial effort, the reconfiguration of journalistic practices can offer potent opportunities against the modern world-system. The objective of this article is to reflect on the efficacy of the intersectional approach in decolonial journalism through the analysis of the journalistic initiatives *Portal Geledés* and *Nós, mulheres da periferia* (We, Women from the Periphery). It is concluded that, in order to challenge the logic of coloniality and its structures of power and oppression, incorporating the intersectional perspective is fundamental for decolonial journalism.

Keywords: Journalism. Decoloniality. Intersectionality

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela Université Sorbonne Paris Cité. Pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP). E-mail: [dayanamelo@usp.br](mailto:dayanamelo@usp.br).

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela Université Sorbonne Paris Cité. É professor contratado do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA/USP, professor da Fapcom e realiza estágio pós-doutoral na UFRJ. E-mail: [carlos.aguiar@usp.br](mailto:carlos.aguiar@usp.br).

## Introdução

Pensar na decolonização do jornalismo é confrontar um paradoxo insuperável. Inegavelmente, as práticas jornalísticas se apresentam como ferramentas decisivas da colonialidade do poder, ao colaborarem na interiorização da dominação colonial, papel que continua a ser exercido na contemporaneidade, sobretudo graças aos avanços tecnológicos que pressionam cada vez mais as práticas jornalísticas a um reducionismo funcional, difundindo na estrutura e no conteúdo a visão de mundo colonial. No entanto, o esforço decolonial não pode, simplesmente, rejeitar as ferramentas da colonialidade. Diante das complexidades do mundo contemporâneo, apresenta-se como mais fértil a ideia de reapropriação dessas mesmas práticas. Trata-se de um esforço de minar a visão única de mundo e reafirmar as diversas localidades, perspectivas e diversidades, muitas vezes aproveitando das novas possibilidades abertas pelo avanço tecnológico (SILVA; AGUIAR, 2020).

A reconfiguração das práticas jornalísticas, portanto, pode oferecer brechas potentes contra o sistema-mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal (GROSFOGUEL, 2008). São diversas iniciativas que vão nessa direção e que trazem à baila vozes e perspectivas até então marginalizadas. Assim, a incorporação da abordagem interseccional pode servir como elemento analítico potente na compreensão dessas iniciativas, ao chamar nossa atenção para as diferentes experiências de opressão às quais as populações subalternizadas são submetidas (COLLINS; BILGE, 2020). Portanto, mais importante do que direcionar nossa atenção às saudáveis inclinações do jornalismo tradicional em “dar voz” às experiências e perspectivas diversas, é fundamental estarmos atentos a iniciativas que nascem à margem das grandes corporações e que são organizados pelos próprios subalternizados.

Assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre a fertilidade da abordagem interseccional no jornalismo com viés decolonial. Para tanto, o artigo desdobra-se em três movimentos complementares: a reconstrução do papel do jornalismo e da comunicação em geral como instrumentos da colonialidade do poder; uma reflexão sobre a relevância do giro decolonial no jornalismo; e, por fim, um mapeamento de iniciativas que se situam na interface entre práticas jornalísticas decoloniais e interseccionais. Foram analisados o *Portal Geledés*, plataforma criada pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra, e o *Nós, mulheres da periferia*. Concluímos que levar em conta essas brechas e movimentos de resistência que buscam atribuir outros significados ao jornalismo é fundamental no esforço

decolonial. Além disso, para romper com a lógica da colonialidade e suas estruturas de poder e opressão, é fundamental que o jornalismo decolonial incorpore a perspectiva interseccional.

### **Jornalismo e a colonialidade do poder**

A mobilização do conceito de colonialidade (QUIJANO, 1992) nos estudos de jornalismo representa a abertura de uma perspectiva fértil na compreensão do processo de consolidação do sistema-mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal (GROSFOGUEL, 2008). O jornalismo se apresentou na modernidade como uma ferramenta decisiva da colonialidade do poder para a consolidação da visão de mundo ocidental.

Diferente do conceito de colonialismo, que se refere a um determinado período histórico e à ideologia que justifica a dominação colonial, o conceito de colonialidade remete, antes, a um processo de dominação que perpetua o colonialismo e suas formações sociais para além do período histórico, chamando atenção para o legado contínuo do colonialismo na forma de múltiplas discriminações. Central nesse processo é uma certa relação com o saber e com o conhecimento que é baseada nos princípios da racionalidade europeia que destrói e condena outras formas de saberes. No limite, a colonialidade é a interiorização da dominação colonial, ainda que as administrações coloniais propriamente ditas tenham acabado:

A colonialidade refere-se, antes, às relações de poder e às concepções de ser e saber que produzem um mundo diferenciado entre sujeitos legitimamente humanos e outros considerados não apenas como explorados ou dependentes, mas fundamentalmente como dispensáveis, sem valor, ou com detonações negativas ou exóticas nas diferentes ordens da vida social (MALDONADO-TORRES, 2011, p. 685, tradução nossa).

A colonialidade é um processo profundo e duradouro, um padrão de poder com base na naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas, possibilitando a perpetuação do eurocentrismo. Eis por que a colonialidade é o lado obscuro da modernidade (MIGNOLO, 2017), sobretudo em razão da ininterrupção da reprodução de relações de dominação colonial: “O que sua globalidade implica é um piso básico de práticas sociais comuns para todo o mundo, e uma esfera intersubjetiva que

existe e atua como esfera central de orientação valorativa do conjunto” (QUIJANO, 2005, p. 124).

O desenvolvimento dos meios modernos de comunicação de massa e a própria ascensão do jornalismo exercem um papel central nessa interiorização da dominação colonial. As mídias — como o cinema, o rádio e a televisão — podem ser interpretadas como instrumentos de disseminação da visão de mundo colonialista (DORFMAN; MATTELART, 1980), reproduzindo a lógica da divisão internacional do trabalho no campo da cultura de massa, em torno da imagem de um centro emissor e de uma periferia receptora. A prática jornalística e seus produtos também se inserem, tradicionalmente, no interior dessa lógica de interiorização da dominação e como ferramenta de consolidação do poder colonial (LIMA, 2022).

Saindo desse aspecto mais instrumental, até o próprio entendimento do que é comunicação foi contaminado pela colonialidade. Segundo Erick Torrico, a ideia de comunicação é reduzida a recurso instrumental essencialmente tecnológico, ou seja, um processo de transmissão de conteúdos informativos que cumpre certas funções de controle social por meio da busca de determinados efeitos em receptores passivos que acabam sendo objetificados, concepção que é convertida em padrão canônico:

A concepção presente nele considera a comunicação como um instrumento através do qual um emissor ativo pode atingir seus objetivos de controle — e, portanto, de poder — sobre um, vários ou muitos receptores passivos ou meramente reativos, utilizando para isso, quase sempre, meios tecnológicos que canalizam e distribuem as mensagens (TORRICO, 2019, p. 94).

Como consequência desse entendimento do que é a comunicação, descrita por Torrico (2019, p. 95) como comunicação ocidental, “está implícita a hierarquia colonial de pessoas e povos”. Assim, trata-se de uma aceitação tácita de que o emissor é o colonizador e o receptor é o colonizado, e que a partir dessa relação de imposição mecânica, perpetua-se o colonialismo, provocando a desumanização e a incomunicação dos povos não europeus.

Independente do conteúdo transmitido, a comunicação, porque essencialmente tecnológica, difunde acima de tudo a racionalidade ocidental. Não qualquer tipo de racionalidade, mas aquela específica da técnica, uma racionalidade com vistas a fins. Inserida na lógica do capitalismo, essa racionalidade se torna um apêndice a serviço exclusivo do desempenho econômico, da eficiência produtiva, da lucratividade e, no limite,

da colonialidade. Assim, se a comunicação é tecnologicamente mediada, independe do conteúdo transmitido, difunde-se uma certa visão de mundo, que é eurocêntrica:

Hoje, é o próprio acontecimento da realização tecnológica, o seu acabamento histórico como ápice da racionalidade ocidental, pressionado pela energia da informação enquanto eficiente operadora da economia financeira, que revela a natureza organizativa da comunicação (SODRÉ, 2014, p. 13).

Não é exatamente o conteúdo do jornalismo que é manipulador ou alienante, mas a racionalidade técnica imbuída em toda essa produção, que ratifica a lógica da dominação. Por isso, a ideologia, que é a própria colonialidade, não é apenas transmitida pelos meios de comunicação, mas está na engrenagem tecnológica e na sua práxis. O chamado receptor não escolhe ou deseja nada. O seu gosto já está programado pelo polo da produção, um gosto que é acima de tudo colonial e que intensifica a assimilação cultural. Daí o papel decisivo do jornalismo e dos meios de comunicação no controle do imaginário dos dominados.

98

### **O giro decolonial no jornalismo**

Giro decolonial refere-se a um movimento de resistência à lógica da modernidade/colonialidade. Essa formulação, proposta pelo filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres (2011), torna-se um chamado de resistência cada vez mais urgente diante da complexidade do mundo atual, no qual a prática jornalística está cada vez mais atravessada pela dimensão tecnológica e pela lógica do capitalismo tardio.

Como um movimento de resistência contra o sistema moderno-colonial gerador de múltiplas crises, o giro decolonial abarca igualmente a dimensão epistemológica, alcançando, desse modo, o debate teórico do jornalismo. Torrico (2018, 2019, 2022), um dos acadêmicos mais engajados no esforço de decolonização da comunicação, identifica o campo epistemológico como o lugar privilegiado para o empreendimento de desconstrução. Decolonizar o jornalismo é, antes de tudo, decolonizar a comunicação, buscando ir além da dimensão instrumental que interpreta a comunicação jornalística como ferramenta de disseminação da visão de mundo colonial/moderna/ocidental. É por meio dessa empreitada decolonial que práticas comunicacionais insurgentes ganham um significado social ainda mais importante.

Ao conceber uma comunicação decolonial, Torrico sugere que a tecnologia seja colocada em suspeição, pois é essa dimensão que acaba reduzindo a comunicação a uma ferramenta da colonialidade. Para o autor, a tecnologia corrompe a comunicação por ser uma dimensão inerente à própria colonialidade. O desenvolvimento tecnológico sustenta e mantém a hierarquia e o unilateralismo. Além disso, por conta de sua essência (HEIDEGGER, 2007; MBEMBE, 2020), o viés da tecnologia é a conquista do mundo externo, ao adquirir domínio sobre a natureza, e do mundo da interioridade humana, ao dominar a atenção pelas novas tecnologias de comunicação. Desse ponto de vista, as tecnologias digitais, que impactam cada vez mais a prática jornalística, não representam uma ruptura com as tecnologias analógicas, mesmo diante das promessas presentes no imaginário das revoluções tecnológicas dos últimos anos:

Pouco mais de um quarto de século depois do início da última vaga de implementação tecnológica, é evidente que se produziram múltiplas mudanças no âmbito da transterritorialidade, imediatismo, fidelidade e interconectividade das comunicações, mas também deve ficar claro que tudo isso se inseriu em velhas estruturas nacionais de desigualdade socioeconômica — especialmente no Sul do mundo —, em um quadro de relações internacionais desiguais e, o que é mais grave, em uma lógica de desenvolvimento e acumulação sem fim que não simpatiza com o finitude do tempo do planeta (TORRICO, 2022, p. 99, tradução nossa).

99

A ascensão da cultura das redes sociais digitais e a consolidação da inteligência artificial no cotidiano da prática jornalística aprofundam e dramatizam ainda mais o viés da colonialidade. Essas novas tecnologias operam na lógica do extrativismo — dos dados, da atenção, da força de trabalho — o que representa, não uma ruptura com o padrão tecnológico da colonialidade do poder, mas o surgimento de uma nova era de apropriação colonial (COULDRY; MEJIAS, 2019), ou seja, representa o aprofundamento da mesma lógica que vigora desde o fim do colonialismo. O processo é sempre o mesmo, extrair e despossuir recursos para o bem de poucos, seja no colonialismo histórico, seja nas diferentes fases da colonialidade.

Por conta dessa suspeição, rejeita-se o que o Torrico denomina como comunicação centrada, que consiste em uma abordagem mecânica da comunicação na qual uma força persuasiva incidiria necessariamente no âmbito da recepção:

Comunicar, em outras palavras, torna-se transmitir, ordenar, instruir ou direcionar, fazendo com que o seu outro sentido possível, relacionado à criação de tecido social e à construção de comunidade e consenso, dê lugar à reprodução de hierarquias e desigualdades entre emissores e

receptores, seja na realidade local ou nacional, bem como nas relações entre países. Corporificada dessa forma, espera-se apenas que a comunicação, com seu possível conhecimento, a Comunicação, com suas implicações epistemológicas, teóricas e metodológicas modernizadoras, reproduza essa desfiguração utilitarista comandada, no fundo, por uma polaridade estrutural finalista: a preservação ou eventual ajuste da ordem social instaurada pelo capital (TORRICO, 2019, p. 96).

Em sua proposta decolonial da comunicação, Torrico não busca encontrar brechas no interior do sistema econômico/comunicacional, mas de desestruturar a própria lógica colonial por meio da noção de subalternidade. O pressuposto de fundo é que a condição colonial implica a negação de humanidade dos povos não europeus, implementando uma situação de in-comunicação. Assim, o conceito de subalternidade permite pensar de forma crítica e orientada para a libertação, ao impulsionar o pensamento na intersecção de submissões, tais como as baseadas em raça, gênero, classe, sexualidade, idade, localidade etc. Eis a razão pela qual a batalha decolonial na comunicação é travada no campo epistemológico, afinal, “é aí que devem ser removidas as restrições que tornam a comunicação um puro instrumento de poder, convertendo seu estudo, a Comunicação, em uma disciplina aplicada e útil apenas para tentar garantir a eficácia dos emissores corporativos” (TORRICO, 2019, p. 100-101). O afastamento da dimensão tecnológica se justifica pela perspectiva decolonial, pois considera-se a comunicação como um processo dialógico e convivial.

Na concepção dos pensadores críticos da América Latina, a comunicação é um processo constitutivo do humano e do social, preexiste aos meios que a transmitem ou amplificam e supõe a construção de um com-saber (um “conhecimento com o outro”) em uma relação recíproca de natureza dialógica e convivial que deve ser realizada dentro de uma estrutura de direitos (TORRICO, 2019, p. 101).

A proposta de Torrico é de uma comunicação ex-cêntrica, isto é, afastada do centrado. Essa atitude deve ser prosseguida e aprofundada, pois é fundamental para a humanização da comunicação e afirmação libertadora da alteridade ocultada pela dominação: “A comunicação, como processo humano e social básico e como prática cotidiana, deve resgatar seu sentido libertador em todas as suas manifestações. Sua compreensão decolonizada é, evidentemente, condição necessária para isso” (TORRICO, 2022, p. 81, tradução nossa).

A Comunicação decolonial se caracteriza pelo que Torrico define de tripla alter/n/atividade. Ou seja, pelo direito de uma alteridade alternativa epistemológico-teórica

(alternativa); pelo reconhecimento do caráter local-nativo historicizado dessa alteridade (alter/nativa); e, enfim, pela proposta de alteração do *status quo* (alter/nativa). Espera-se, por meio desse tripé, resgatar a dimensão dialógica, democratizante e humanizadora da comunicação, que sempre existiu e resiste, apesar da epistemologia da comunicação ocidental resumir o fenômeno àqueles atrelados a dispositivos mecânicos: “Como perspectiva transformadora, a descolonização da Comunicação supõe um novo caminho utópico na luta contra a segregação epistêmica e cujo propósito é restabelecer a comunicação que humaniza” (TORRICO, 2022, p. 153, tradução nossa).

Esse novo caminho, sugerido por Torrico, já está sendo trilhado no Brasil há bastante tempo, por meio de diversas práticas que poderíamos denominar, seguindo as reflexões de Antônio Bispo dos Santos (2023), como contracoloniais. Essas práticas, muitas delas enraizadas na oralidade, são vivenciadas pelas populações subalternizadas, como indígenas, quilombolas e moradores de periferias, e sempre estiveram à margem da comunicação hegemônica, cujo projeto colonial busca apagar seu conhecimento. O desafio contemporâneo, em face de um mundo marcado por múltiplas crises sistêmicas, é ampliar essas práticas, buscando confluências entre diversas epistemologias, sem rejeitar definitivamente as ferramentas da colonialidade, como o jornalismo, evitando assim cair em uma dicotomia binária que é, por excelência, colonial. O objetivo é buscar confluências dentro do que Bispo dos Santos (2023) chama de pensamento fronteiro, que também se manifesta como formas de resistência. Eis uma abordagem absolutamente salutar para as práticas jornalísticas.

Acrescenta-se que, no que diz respeito à comunicação, a decolonialidade instiga também a superação de certa “arrogância” impregnada na própria prática jornalística — fundamentada no pensamento ocidental-moderno — e no olhar que ela evoca, que separa o mundo em sujeitos e objetos, estabelecendo uma relação assimétrica da qual subjaz as figuras que podem falar e pensar e aquelas de quem se fala ou sobre quem se pensa. Elucidar essas assimetrias, estabelecidas através do projeto colonial, é importante tarefa para que se possa conjurar outros mundos simbólicos possíveis, entre eles o jornalismo (LIMA, 2022, p. 84-85).

De acordo com essa perspectiva decolonial da comunicação, o elemento tecnológico desempenha um papel paradoxal. Ao mesmo tempo em que ele aprofunda a colonialidade do poder ao transformar os povos marginalizados em fonte de energia e/ou receptores (consumidores) passivos, as tecnologias podem facilitar o processo de tomada

da palavra e da emergência de confluências contracoloniais, conforme exploramos neste artigo.

### **Mapeamento de práticas jornalísticas decoloniais e seu viés interseccional**

Sendo o pensamento decolonial um pensamento de ruptura com a episteme e práxis ocidental/moderna, ele também busca romper com a visão de mundo dessa sociedade, fundamentada em estruturas racistas, sexistas, classistas, heterossexistas, entre outras. Na condição de produto da modernidade, o jornalismo e o que entendemos como valor-notícia foram fatores a mais de sustentação de tais estruturas e propagação de ideologias. Contudo, se conforme argumenta Michel Foucault (1976, p. 76), “lá onde há poder, há resistência”, é possível observar ao longo da história o surgimento de veículos de imprensa que vão de encontro a essa lógica — a exemplo do *Nzinga Informativo*, fruto do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, e que circulou de 1985 a 1989, abordando de maneira inédita temáticas que interrelacionavam raça e gênero (RIOS; FREITAS, 2018).

É certo que o contexto de luta pela redemocratização e surgimento de um pensamento feminista negro brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, com os trabalhos de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento, apenas para citar alguns poucos exemplos, contribuíram com esse processo (HOLLANDA; COSTA, 2019). O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação também atuou como facilitador dessas pautas, oferecendo a esses grupos a possibilidade de produzir e fazer circular suas próprias narrativas, revelando, assim, o paradoxo anteriormente mencionado, no qual a tecnologia, ao mesmo tempo em que aprofunda a exploração e submissão, permite a emergência de pequenas brechas.

Diante desses apontamentos, a questão que se coloca é: é possível falar de um jornalismo decolonial sem incorporar, simultaneamente, uma abordagem interseccional? Em outras palavras, é possível romper com a lógica ocidental/moderna e suas estruturas de poder e opressão sem inverter as relações de centro/margem, base/topo e, finalmente, ouvir a voz daquelas e daqueles que sempre foram tratados como refúgio do projeto colonial/ocidental/moderno? Antes de buscar responder a essas perguntas, é preciso lembrar que a interseccionalidade se baseia no entendimento de que as mulheres negras experienciam opressões resultantes da interação entre o racismo e o sexismo (CRENSHAW, 1989), adquirindo atualmente outras dimensões que dizem respeito às

formas pelas quais a opressão se manifesta por meio de múltiplos aspectos da identidade (RISAM, 2015).

Outro fator de destaque é o pioneirismo do pensamento feminista negro brasileiro no entendimento da experiência interseccional. Mesmo antes de ser elaborado por Kimberlé Crenshaw em um texto de 1989 intitulado *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics* (Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e política antirracista), já se encontrava uma base teórica para o conceito de interseccionalidade em trabalhos como *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica*, apresentado por Lélia Gonzalez em um congresso realizado em 1979 na Universidade da Califórnia, no qual a autora afirma que: “Ser negra e mulher no Brasil é ser submetida a uma tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no mais alto nível de opressão” (GONZALEZ, 2020, p. 58).

Nesta pesquisa, realizamos o mapeamento e observação de dois veículos jornalísticos que, em nossa análise, situam-se nessa interface entre práticas jornalísticas decoloniais e interseccionais. Esses veículos são o *Portal Geledés*, uma plataforma criada pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra, e o *Nós, mulheres da periferia*. Ambos são exemplos de veículos jornalísticos surgidos no contexto atual das tecnologias digitais e em rede, mas que possuem em sua essência um ímpeto anterior de contestação e insurgência contra as estruturas de poder modernas/ocidentais/coloniais.

### *Portal Geledés*

O *Portal Geledés* é um produto jornalístico desenvolvido pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra. Criado em abril de 1988, o Instituto se apresenta como uma “organização política de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres negras, em particular, e da comunidade negra em geral”, e explica que o termo Geledé originalmente significa “uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais yorubás. Expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem-estar da comunidade”<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

Tendo como uma das suas fundadoras a pensadora e ativista brasileira Sueli Carneiro, o Geledés emerge em um contexto de redemocratização do país, interligando questões raciais a questões de gênero. Nesse sentido, a problemática da mulher negra assume um papel central, promovendo discussões tanto sobre as experiências diárias dessas mulheres, que representam a base da nossa pirâmide social, quanto sobre a importância de desenvolver políticas públicas específicas para atendê-las, garantindo a elas as mesmas oportunidades oferecidas a outros grupos sociais.

Tais temáticas, assim como o combate à homofobia, lesbofobia e preconceitos regionais, de credo e classe social, entre outros, são abordadas em projetos e ações específicas, bem como por meio de narrativas jornalísticas inseridas no Portal, descrito como um:

[...] espaço de expressão pública das ações realizadas pela organização no passado e no presente, e de seus compromissos políticos com a defesa intransigente da cidadania e dos direitos humanos, a denúncia permanente dos entraves que persistem para a concretização da justiça social, a igualdade de direitos e oportunidades em nossa sociedade. É também um espaço onde celebramos a contribuição de africanos/as, negros/as e/ou afrodescendentes, nas mais variadas modalidades de expressões culturais, entendendo que as culturas africanas e afrodescendentes compõe o patrimônio cultural de africanos/as e afrodescendentes de qualquer lugar do mundo. No Portal expressamos o orgulho que temos de nosso pertencimento, às lutas empreendidas por homens e mulheres africanas e afrodescendentes, do passado e do presente, em incansável busca pela realização de seus sonhos de liberdade e igualdade<sup>4</sup>.

No Portal, é possível observar que narrativas de denúncia, como aquelas que abordam casos de racismo vivenciados por pessoas negras<sup>5</sup>, não anulam o lugar de destaque dado a narrativas sobre o papel de personalidades negras na academia e na arte, bem como a narrativas históricas sobre a população negra no Brasil, nos oferecendo uma outra perspectiva acerca da nossa formação enquanto sociedade para além da perspectiva ocidental/moderna. Essa simples viragem, ou mudança naquilo que é entendido como valor-notícia, já é em si um elemento decolonial do jornalismo praticado pelo *Portal Geledés*, que agrega a isso a centralidade das vivências e falas de pessoas negras, sobretudo de mulheres, mostrando como não existe decolonialidade sem interseccionalidade.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-geledes/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/questao-racial/casos-de-racismo/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

### *Nós, mulheres da periferia*

Criado em 2014, o site *Nós, mulheres da periferia* já nasce em sinergia com o ambiente tecnológico atual, tendo como objetivo “contribuir para a construção de narrativas jornalísticas mais humanas e contextualizadas, dialogando com a tríplice raça, classe e território, tendo a periferia de São Paulo como contexto”<sup>6</sup>. Na condição de uma empresa jornalística fundada e gerida por mulheres periféricas majoritariamente negras, além das categorias de raça, classe e gênero, o grupo aborda uma outra categoria de diferença a ser investigada com base em uma abordagem decolonial e interseccional, que é a categoria de território, no sentido do lugar no qual se nasce, habita e transita, mas também no sentido do corpo inserido nesse lugar do qual e com o qual se fala, conforme evidenciado no próprio manifesto do grupo:

[...] Em uma sociedade pautada pelo padrão da heteronormatividade — onde homens brancos cis e héteros são os detentores do poder — nascer e tornar-se mulher é estar inevitavelmente à margem. Periferia é enfrentamento. / Diante do racismo estrutural e institucional, a mulher negra é periférica em qualquer endereço. Um corpo negro carrega memórias ancestrais de um passado que insiste em se atualizar, ainda que desde sempre combatido. Periferia é resistência. / Na ordem global onde 99% da população disputa recursos contra 1% de privilegiados, periferia é condição socioeconômica. Se opor a toda injustiça e desrespeito aos direitos humanos essenciais é necessidade de sobrevivência. Periferia é consciência. / Periferia é muito mais que território. É um ponto de referência. É uma perspectiva, um lugar de fala, um corpo no mundo. Periferia é muito mais que geografia. É subjetividade, identidade, sentimento, memória afetiva. Periferia são narrativas contra a História única. Nossas vidas importam e cada trajetória é singular. / *Nós, mulheres da periferia* estamos em todos os espaços. Ultrapassamos e destruimos fronteiras. Somos diáspora. Somos ponte em qualquer rio. Estamos em travessia, em movimento<sup>7</sup>.

É nesse sentido que, além de pautar jornalisticamente esses territórios e corpos periféricos por meio de práticas por nós interpretadas como decoloniais e interseccionais, o *Nós, mulheres da periferia* também desenvolve atividades nesses territórios, contribuindo com a formação dos seus moradores, sobretudo das mulheres, a exemplo do projeto *Desconstruindo Estereótipos*, criado em 2015 com o objetivo de compreender como as participantes do projeto se sentiam representadas pela mídia. O projeto gerou

<sup>6</sup> Disponível em: <https://nosmulheresdapерiferia.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://nosmulheresdapерiferia.com.br/manifesto/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

uma exposição multimídia intitulada *Quem somos [POR NÓS]*<sup>8</sup> e um documentário intitulado *Nós, Carolinas*<sup>9</sup>.

Além de reportagens diárias sobre temáticas variadas, mas sempre com ênfase nas identidades de mulheres negras e periféricas, o site traz uma editoria intitulada *Histórias*, que conta as vivências de mulheres negras célebres e anônimas com base nas percepções dessas próprias mulheres. O site também conta com editorias sobre reportagens especiais, dicas culturais e colunistas que abordam em seus textos questões políticas, econômicas, ambientais, educacionais, entre outras.

Com isso, podemos observar por meio deste estudo exploratório de caráter descritivo e qualitativo é que, conforme afirmamos acima, os dois veículos jornalísticos analisados se tratam de brechas, insurgências diante de um modelo jornalístico colonial/ocidental/moderno. Todavia, isso não diminui a potência desses veículos e a capacidade deles de atuarem no debate público, invertendo a lógica colonial ao colocarem ênfase nas vivências de pessoas negras, sobretudo das mulheres negras, e nos territórios por elas habitados, construindo narrativas que são ao mesmo tempo decolonias e interseccionais.

106

### Considerações finais

Essa aproximação entre o pensamento decolonial e a abordagem interseccional já está presente em estudos que buscam romper com a lógica colonial, porém, é importante destacar que cada uma dessas noções possui suas especificidades. Assim, conforme afirma Patricia Hill Collins, Kleber Aparecido da Silva e Maria Carmen Aires Gomes (2021, p. 329, tradução nossa), “a interseccionalidade foca mais nas conexões entre sistemas particulares de poder, enquanto a decolonialidade se concentra nos mecanismos pelos quais as relações neocoloniais contemporâneas podem ser resistidas e substituídas”.

Daí a importância de incluir essas duas noções dentro de uma perspectiva crítica da opressão mais ampla, de modo a desafiar as estruturas de poder dominantes ao mesmo tempo em que se reconhece a multiplicidade de opressões experienciadas por

<sup>8</sup> Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/nos-mulheres-da-periferia-inaugura-exposicao-quem-somos-por-nos/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/documentario-sobre-mulheres-da-periferia-estreia-no-dia-8-de-marco/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

peças e grupos minorizados e subalternizados. Nesse sentido, destacamos que uma prática jornalística decolonial é aquela que inverte a lógica do valor-notícia, trazendo a narrativa de pretos, pardos, indígenas, pobres, mulheres cis e trans, entre outras, outros e *outras*, para o centro do debate. Ela é executada pelos próprios minorizados e subalternizados e sua transformação se dá não apenas na esfera do conteúdo, mas também da estrutura.

Assim, conforme evidenciado neste artigo, o jornalismo e os meios de comunicação de modo geral desempenharam um papel central na reprodução da dominação colonial e no controle do imaginário dos dominados, perpetuando uma visão de mundo eurocêntrica. No entanto, é necessário ressaltar que o aqui chamado giro decolonial no/do jornalismo propõe uma transformação profunda no modelo jornalístico dominante, desafiando a visão instrumental da prática jornalística e buscando uma reconfiguração da relação entre tecnologia, comunicação e poder. Sendo o *Portal Geledés* e o *Nós, mulheres da periferia* dois exemplos notáveis dessa transformação por também considerarem as identidades interseccionais e as diferentes formas de opressão que enfrentam.

107

## Referências

COLLINS, P.; Hill; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

COLLINS, P. H.; SILVA, K. A.; GOMES, M. C. A. Intersectionality, epistemic oppression and resistance: an interview with Patrícia Hill Collins. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 60, n. 1, p. 328–337, 2021.

COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. **The costs of connection**: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford, California: Stanford University Press, 2019.

CRENSHAW, K.. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *In: Feminism in the Law: Theory, Practice, and Criticism*. Chicago: University of Chicago Legal Forum, 1989.

DORFMAN, A.; MATTELART, A. **Para ler o Pato Donald**: comunicação de massa e colonialismo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1980.

FOUCAULT, M. **Histoire de la sexualité 1. La volonté de savoir**. Paris: Gallimard, 1976.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2020.

GROSGUÉL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

HEIDEGGER, M. A questão da técnica. **Scientiæ studia**, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007.

HOLLANDA, H. B.; COSTA, A. O. (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LIMA, V. Contribuições dos estudos decoloniais para pesquisa e prática do jornalismo. *In*: SARDINHA, A.; LIMA, V.; LARA, E.; BELMONTE, V. (org.). **Decolonialidade, Comunicação e Cultura**. Macapá: Editora Unifap, 2022.

MALDONADO-TORRES, N. El pensamiento filosófico del “giro descolonizador”. *In*: BOHORQUEZ, C. L.; DUSSEL, E.; MENDIETA, E. (org.). **El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y latino (1300-2000)**: historia, corrientes, temas y filósofos. México: Siglo XXI, 2011.

MBEMBE, A. **Brutalisme**. Paris: La Découverte, 2020.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 01, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11–20, 1992.

RIOS, F.; FREITAS, V. G. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. **Cadernos Adenauer**, n. 1, p. 25-45, 2018.

RISAM, R. Beyond the Margins: Intersectionality and Digital Humanities. **Digital Humanities Quarterly**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 1–14, 2015. DOI: 10.1017/9781641890519.003.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SILVA, D. K. M; AGUIAR, C. E. S. Os paradoxos da Comunicação ante o Antropoceno. **Revista ECO-Pós**, v. 23, n. 2, p. 12–32, 2020.

SODRÉ, M. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. 1ª edição ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TORRICO, E. La comunicación decolonial, perspectiva in/surgente. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 15, n. 28, 2018.

TORRICO, E. Para uma Comunicação ex-cêntrica. **MATRIZES**, v. 13, n. 3, p. 89–107, 2019.

TORRICO, E. **Comunicación (re)humanizadora**: ruta decolonial. Quito: Ediciones Ciespal, 2022.

**Submissão:** 19 de mai. 2023

**Aceite:** 16 de jun. 2023.